

1

CS PARTICIPAÇÕES, EMPRESA DE CARLOS SUAREZ, EX DONO DA OAS, MONOPOLIZA ATRAVÉS DE VANTÁGENS CONCEDIDAS PELA BR DIRTRIBUIDORA E GASPETRO A PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO DO GÁS EM TODO O BRASIL

A crise de abastecimento de gás , que começa a preocupar o Setor Industrial estabelecido em São Paulo e no Estado do Rio de Janeiro , esconde um esquema de corrupção e favorecimento escandaloso realizado pela Petrobrás e efetivado através de sua subsidiária Gaspetro .

SEM LICITAÇÃO ou autorização legislativa a Petrobrás, através da Gaspetro , associou-se a Empresas do Grupo CS Participação , do Empresário Carlos Suarez , (ex-sócio da OAS) e comanda hoje cerca de 30 (trinta) Empresas na área de produção , transporte (inclusive gasodutos – operação e construção), distribuição e geração de energia elétrica , inclusive termoeletrecas . As obras milionárias de construção dos gasodutos (amazonas e nordeste) também estão sendo iniciadas ou projetadas sem qualquer processo licitatório.

Somente a operação das Usinas Termoelétricas de Porto Velho em Rondônia , recebe um subsídio anual de cerca de 1 Bilhão de Reais , pago a uma Empresa Privada do Grupo CS Participação pela Eletronorte , em função de um Contrato que obriga o fornecimento de óleo diesel subsidiado e resulta no recebimento de altos valores mesmo sem a geração de energia pela Empresa do Grupo CS Participações .

A Gaspetro age como se fosse uma Empresa Privada , associando-se a Empresas e criando Consórcios e Empresas para construir gasodutos, produzir transportar e distribuir gás , produzir energia elétrica , no entanto , estranhamente escolheu somente um Grupo Empresarial Privado (CS Participações) para desenvolver a parceria num negócio que deverá gerar Bilhões de Dólares nos próximos anos .

Para viabilizar essa “parceria” foi necessário até mesmo modificar a Constituição Federal com a propositura e aprovação da Emenda Constitucional No. 05 , de 15 de agosto de 1995 , que retirou a expressão *Empresa Estatal* do parágrafo 2º. do Artigo 25 da Constituição Federal .

De acordo com levantamento feito junto ao CADE/MJ , a Gaspetro participa diretamente de 23 das 27 Empresas de distribuição de gás , junto com o Grupo CS Participações , que detém a maioria das ações da CIGAS (Manaus) uma das 4 Empresas no Brasil que não são controladas pela Gaspetro .

OBS. EM ANEXO, DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVA O ESCÂNDALO QUE LEZA O PRÍNCIPIO DA CONCORRÊNCIA, OS COFRES PÚBLICOS E A PÁTRIA, ASSIM COMO A PREFERÊNCIA POR PARTE DA BR DISTRIBUIDORA E GASPETRO EM CONSTITUIR SEM LICITAÇÃO, EMPRESAS POR TODO O PAÍS TENDO COMO ASSOCIADA UMA ÚNICA EMPRESA PRIVADA.



ANEXO 1

TESE DE MESTRADO APRESENTADA NA PUC-RJ, CUJA
PESQUISA IDENTIFICA A PARTICIPAÇÃO DA GASPETRO
EM 21 EMPRESAS



Consulta aos Conteúdos e Ocorrências na Biblioteca Digital do Sistema Maxwell

Título:	DIPLOMACIA DO GÁS: A PETROBRAS NA POLÍTICA EXTERNA DE CARDOSO PARA A INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA COM A BOLÍVIA (1995-2002)		
Autor:	DANIELLE DE ALBUQUERQUE M NOGUEIRA - DANOGUEIRA		
Colaborador(es):	LETICIA DE ABREU PINHEIRO - LAPINHEIRO - ORIENTADOR		
Data da Catalogação:	25/07/2007		
Tipo:	TESE	Língua do Documento:	PORTUGUESE - BR

Resumo:

O objetivo deste trabalho é contribuir para a discussão sobre a participação de atores domésticos no processo decisório de política externa brasileira, tendo em vista as possibilidades de ruptura com o padrão centralizador que tem caracterizado nossa diplomacia, a partir da liberalização política e econômica. Nossa objeto de análise é a política externa de Fernando Henrique Cardoso para a integração energética com a Bolívia, na qual procuramos identificar a participação da Petrobras nas negociações para construção do gasoduto que conecta os dois países. Concluímos que, apesar da consolidação daqueles dois fenômenos na gestão Cardoso, permanece uma tendência à centralização do poder decisório no Executivo. Enquanto as posições da Petrobras foram contrárias às das elites burocráticas que lideraram as negociações, os interesses da empresa foram barrados, levando-a a atuar dentro de sua lógica pública, ou seja, privilegiando objetivos políticos e macroeconômicos em detrimento de metas corporativas. Apenas quando suas preferências convergiram com as do Executivo – o que se deu na fase de implementação do gasoduto –, a Petrobras

Ocorrências:

32826	PDF	CAPA, AGRADECIMENTOS, RESUMO, ABSTRACT, SUMÁRIO E LISTAS
32827	PDF	CAPÍTULO 1
32828	PDF	CAPÍTULO 2
32829	PDF	CAPÍTULO 3
32830	PDF	CAPÍTULO 4
32831	PDF	CAPÍTULO 5
32832	PDF	CAPÍTULO 6
32833	PDF	CAPÍTULO 7
32834	PDF	BIBLIOGRAFIA E ANEXOS



4.4.2

Petrobras e Estado: uma nova convergência de interesses

Ao imprimir uma lógica empresarial na sua atuação e orientar seu projeto estratégico em direção à internacionalização, a Petrobras renovou as alianças que outrora asseguraram sua sobrevivência e crescimento. Desta vez, porém, a repactuação foi feita exclusivamente com o Estado. Por um lado, o retorno da gestão regida pela eficiência ia ao encontro da estrutura tecnocrata que dominou o Executivo no governo de Cardoso. Por outro, o objetivo de expansão da empresa na América Latina serviria como trampolim para a expansão do próprio Estado, empenhado em promover a integração regional por meio do modelo de matrizes energéticas, como abordado no segundo capítulo.

A diversificação de suas atividades, com prioridade ao desenvolvimento do gás natural, como será visto no próximo item, igualmente coincidiu com o objetivo do governo federal de assegurar a demanda energética, visando ao desenvolvimento econômico nacional. Os demais pilares da antiga aliança não integraram o novo consenso, fosse pela impossibilidade de acomodação de interesses diante do novo modelo de desenvolvimento, fosse por sua exclusão do processo decisório, decorrente do insulamento burocrático característico da gestão Cardoso, como também salientado no segundo capítulo.

Valendo-se do renovado consenso, a Petrobras pôde incorporar à sua estratégia as novas preferências que passariam a guiar suas atividades, articulando não apenas sua projeção internacional, mas também a consolidação de seu crescimento interno. Da mesma forma que a lei que criou a Petrobras a dotou dos recursos de autoridade e alocação necessários à conquista de sua autonomia relativa, a Lei do Petróleo, apesar de ter quebrado seu monopólio, trouxe novos mecanismos que lhe permitiram retomar a caminhada afirmativa interrompida em fins da década de 70. Como previsto no “pacto com o Congresso e a nação”, foi assegurado em lei pelos artigos 32 e 33 o direito da estatal de: i) manter o controle sobre os campos em produção; ii) manter os blocos cuja comercialidade das descobertas já havia sido declarada ou nos quais já haviam sido feitos

investimentos exploratórios, desde que a empresa demonstrasse capacidade financeira para dar prosseguimento às atividades⁶⁰.

A medida pode ser interpretada como produto da força da identidade política da empresa, ou seja, da sua capacidade de adquirir, acumular e mobilizar recursos de poder a seu favor, como afirma Alveal Contreras (1994). Nesse sentido, os setores nacionalistas, representados, entre outros, pelo relator da emenda da quebra do monopólio, o senador Cunha Lima, desempenharam papel fundamental, como abordado anteriormente. Os dois artigos foram essenciais para que a Petrobras mantivesse a liderança no mercado nacional de petróleo e gás. Em 2002, último ano do governo Cardoso, a petrolífera brasileira continuava à frente de suas concorrentes, com 580 das 699 concessões. No primeiro semestre de 2006, a Petrobras detinha 815 das 1.139 concessões⁶¹.

Também foi à Lei do Petróleo que a Petrobras recorreu para se fortalecer no plano internacional. Ironicamente, o mesmo instrumento legal que abriu o setor de petróleo à concorrência estrangeira dotou a Petrobras dos mecanismos necessários para percorrer o caminho na direção inversa à de seus concorrentes, ao autorizar a empresa a exercer diretamente no exterior qualquer uma das atividades integrantes do seu objeto social (parágrafo 2 do Art. 61). Na prática, as atividades desenvolvidas pela extinta Braspetro e pela *holding* Petrobras não diferem em essência. A diferença, talvez, esteja nas motivações que impulsionaram a Petrobras a buscar se expandir internacionalmente nas décadas de 70 a 90.

De acordo com Baccocoli (2005), é possível dividir o processo de internacionalização da Petrobras em três etapas. Nos anos 70, quando o mercado de petróleo ainda estava sob monopólio da empresa, o objetivo era assegurar o

60 Em outubro de 1997, a Petrobras apresentou relação com 206 áreas contendo 240 campos em efetiva produção e solicitou autorização para prosseguimento dos trabalhos em 133 blocos de exploração e 52 áreas englobando 60 campos com atividades de desenvolvimento da produção. Em 3 de julho de 1998, a Agência Nacional do Petróleo definiu as áreas que ficariam com a estatal. A companhia obteve 397 concessões em território brasileiro distribuídas em blocos exploratórios, de desenvolvimento da produção e campos em produção. Os contratos de concessão foram assinados em 6 de agosto de 1998 e as rodadas de licitações da ANP foram iniciadas no ano seguinte, segundo o Relatório Anual de 1998, disponível em <http://www2.petrobras.com.br/ri/port/ConhecaPetrobras/RelatorioAnual/relatanu/explora.htm>. Acessado em 24 de setembro de 2006

61 Os números se referem a concessões para blocos exploratórios (em que ainda não há produção de petróleo ou gás) e campos em produção. Foi considerado como concessão da Petrobras aqueles em que ela é operadora, ou seja, detém maior participação acionária no projeto. Da mesma forma, foi considerado como concessão de outras empresas os projetos em que estas são acionistas majoritárias. Os dados foram fornecidos pela ANP.

suprimento energético do país, num momento de crise de abastecimento. Ainda que a intenção de ir para o exterior tenha se originado no seio da direção da companhia, visando alcançar as metas de expansão dos negócios e maximização de ganhos, a estratégia ganhou novos conterros após o primeiro choque do petróleo, como já analisado. Nesta fase, a Petrobras se volta para as bacias produtoras com os maiores potenciais de reserva (Oriente Médio, Norte da África e Colômbia).

Nos anos 80, a Petrobras visava expandir seus negócios, dando prioridade às atividades nos países desenvolvidos, com os quais a companhia teria possibilidade de fazer intercâmbio na área tecnológica. O foco era o Mar do Norte e Golfo do México americano. Já na década de 90, quando o setor petrolífero é aberto ao capital internacional, nota-se uma atuação concentrada nas áreas de influência geopolítica, com agressiva política de aquisição de concessões, prioritariamente no Cone Sul e, secundariamente na Costa da África e no Golfo do México. A busca pela competitividade é o que norteia a estratégia de internacionalização da empresa.

4.4.3

A prioridade da América do Sul

Em 1995, primeiro ano do mandato de Fernando Henrique Cardoso, a Petrobras, por meio da Braspetro, estava presente em oito países (EUA, Argentina, Colômbia, Bolívia, Equador, Angola, Líbia e Reino Unido). Em 2002, quando o segundo governo Cardoso se encerra, esse número havia chegado a 11 (EUA, Argentina, Colômbia, Bolívia, Equador, Peru, Venezuela, Trinidad-Tobago, Angola, Guiné Equatorial e Nigéria)⁶². Mais que a ampliação do número de países em que a empresa mantém atividades, é interessante notar a mudança geográfica de sua atuação. Três operações são bastante ilustrativas da nova estratégia internacional adotada pela Petrobras. Em 2001, a empresa se desfez dos ativos no Reino Unido, com a venda da Petrobras UK por US\$ 157 milhões, “com

62 Hoje, são 22 países. Em alguns deles, a empresa tem apenas escritórios, caso da maioria dos países asiáticos.



o objetivo de desinvestir em ativos não-estratégicos”, conforme seu relatório anual de 2001⁶³

No mesmo ano, a empresa concluiu acordo de troca de ativos com a hispano-argentina Repsol-YPF. Pelo acordo, a Petrobras adquiriu 99,5% da empresa argentina EG3, que reúne uma refinaria com capacidade de processamento de 30,5 mil barris diários e 700 postos de gasolina, que lhe asseguraram 12% do mercado de combustíveis argentino, o segundo maior da América do Sul depois do Brasil⁶⁴. No ano seguinte, a Petrobras coroa sua estratégia de fortalecimento na América do Sul com a aquisição casada de três companhias argentinas: a Perez Companc S.A. (Pecom), a maior petrolífera argentina independente da América Latina; a Petrolera Perez Companc, com ativos nos segmentos de exploração e produção, petroquímica, gás e energia; e a Petrolera Santa Fé, filial da americana Devon Energy⁶⁵.

As operações acima mencionadas demonstram claramente que o objetivo da Petrobras no exterior deixa de ser o de manter atividades centradas apenas em exploração e produção de petróleo com ênfase em países de tecnologia avançada como nos anos 80, e passa a ser o de assegurar o crescimento integrado, visando à liderança no continente sul-americano. Nesse sentido, as duas operações na Argentina permitiram alcançar as novas metas estratégicas, primeiramente, porque a empresa passa a ter ativos na área de distribuição, petroquímica e energia fora do Brasil. Em segundo lugar, porque, com as aquisições, a empresa penetrou em países em que não mantinha negócios e fortaleceu sua posição em outros onde já atuava. Por meio da Pecom, a estatal brasileira passou a atuar na Venezuela e Peru e incorporou novos ativos na Bolívia e no Equador.

63 Disponível em

http://www2.petrobras.com.br/portal/frame_ri.asp?pagina=/ri/port/InformacoesFinanceiras/RelatorioAnual/RelatorioAnual.asp Acessado em 25 de setembro de 2006

64 Em troca, a Petrobras cedeu participação minoritária na Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul, 10% dos direitos de concessão do campo de Albacora-Leste, na Bacia de Campos (RJ) e 243 postos de gasolina nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. (*Ibid*)

65 Foram adquiridos 58,62% da Perez Companc S.A., com produção diária de 160 mil boe, por US\$ 1 bilhão; 39,67% da Petrolera Perez Companc S.A., por US\$ 49,8 milhões; e 100% das ações da Petrolera Santa Fé, com produção diária de cerca de 11 mil boe, por US\$ 89,5 milhões. As informações são do Relatório Anual de 2002, disponível em http://www2.petrobras.com.br/portal/frame_ri.asp?pagina=/ri/port/InformacoesFinanceiras/RelatorioAnual/RelatorioAnual.asp Acessado em 25 de setembro de 2006. Para mais detalhes dessa e outras operações da Petrobras no exterior ver Anexo 4, p. 215.



A nova estratégia da Petrobras surtiu efeito quase imediato. A mobilização de seus recursos de autoridade – em parte recuperados com o aval do governo federal como já vimos – levou ao resgate de sua autonomia relativa para incorporar suas preferências nas decisões estratégicas que permitissem o crescimento de seus negócios visando à *lucratividade*, os dois outros pontos destacados no seu plano estratégico de 1999 que, ao lado da *internacionalização*, pavimentariam o caminho para a liderança na América Latina, especialmente no espaço sul-americano. De acordo com a consultoria Económatica, especializada em elaborar rankings de companhias de capital aberto, os lucros líquidos da Petrobras entre os anos de 2000 e 2005 aparecem entre os vinte melhores resultados da história de empresas de capital aberto sediadas no continente latino-americano (ver Anexo 3, p.214)

Os sucessivos lucros possibilitaram que a petrolífera também resgatasse seus recursos de alocação, associados a sua capacidade de autofinanciamento. No plano estratégico de 1999, foram previstos US\$ 32,9 bilhões em investimentos entre o período 2000-2005, dos quais 70% seriam financiados com recurso próprios e linhas de crédito tradicionais⁶⁶. A capacidade de autofinanciamento foi ampliada a partir de primeiro de janeiro de 2002, quando a política administrada de preços de combustíveis introduzida na década de 80 como forma de conter a inflação foi extinta por lei. No final da década de 90 e início dos anos 2000, portanto, a Petrobras havia se reaproximado da extremidade privada do pêndulo da autonomia pelo qual transitou desde sua origem. Isso não significou, porém, o abandono por completo de sua face pública ou uma ruptura com o seu acionista controlador. As mudanças nas preferências do ator Petrobras a conduziram a reformular sua estratégia não apenas visando se adaptar ao ambiente mais competitivo do setor de petróleo e gás no Brasil, como às novas demandas do Estado.

66 Disponível em
<http://www2.petrobras.com.br/ri/port/ConhecaPetrobras/RelatorioAnual/relat99/planos.htm>.
Acessado em 20 de setembro de 2006. No plano revisado em 2006, que prevê investimentos de US\$ 87 bilhões, esse percentual foi elevado para 80%.



4.4.4

O ingresso do mercado de energia e a prioridade do gás natural

Paralelamente à estratégia de internacionalização, a Petrobras enfatizou em seu plano estratégico de 1999 a necessidade de ampliar suas atividades no segmento de energia, especialmente o de gás natural. Essa decisão estratégica está intimamente ligada, por um lado, às mudanças no paradigma energético mundial, delineadas a partir de meados dos anos 80; por outro, à decisão do governo federal de alterar a matriz energética brasileira. Holanda (2001) aponta dois episódios isolados – coincidentemente ocorridos em 1986 – que teriam contribuído para alterar o paradigma energético vigente até o início da década de 80: o acidente nuclear de Chernobyl e a reversão da tendência de alta dos preços do petróleo no mercado internacional. (HOLANDA, op cit, 19)

O primeiro introduziu na formulação da política energética dos países a preocupação com o meio ambiente, alardeada pelos movimentos ecológicos na década anterior. Por ser um combustível mais limpo que o petróleo e mais seguro que o nuclear, o gás natural teria despontado como alternativa energética. No mesmo ano do desastre, o preço do petróleo atingiu nível histórico mínimo, após os recordes registrados nos choques do petróleo em 1973 e 1979. Diante dos preços baixos, os investidores se viram desencorajados a canalizar recursos para ampliação de reservas do óleo. Como resultado, as multinacionais do petróleo engajaram-se na exploração do mercado gasífero e buscaram elaborar projetos de energia alternativa, em consonância com os novos padrões que passaram a orientar as políticas energéticas das nações, entre elas o Brasil. Em 1992, o país estipulou a meta de ampliação do gás na matriz energética de 2% para 9,8%, no ano 2000, e 12%, em 2010.⁶⁷

O mesmo caminho foi seguido pela Petrobras, que até então não havia priorizado as atividades de exploração gasífera em sua estratégia corporativa. Entre as razões apontadas para esse comportamento estão i) o reduzido consumo de gás natural no Brasil; ii) a dificuldade de transporte – visto que era preciso a construção de gasodutos para escoamento do combustível; e iii) a prioridade na

67 Isso será mais detalhado no próximo capítulo, quando serão abordadas as razões do governo brasileiro para aproximar-se da Bolívia.



produção e prospecção do petróleo da política energética nacional (LOHMANN e REIS, 2006: 10)

Em 1995, já é possível identificar esforços da companhia para ampliar sua atuação no mercado nacional de gás. Foram criados grupos de trabalho para avaliar e propor ações necessárias ao incremento do uso do combustível e aprofundados estudos de viabilidade técnica e econômica do uso do gás natural de Urucu, na Bacia de Solimões (AM) para geração térmica em Manaus (AM), segundo o relatório anual de 1995. No ano seguinte, o estatuto da Petrofértil, antiga companhia de fertilizantes da Petrobras, é alterado de forma a permitir sua atuação no segmento de gás natural. Dois anos depois, a Petrofértil passa a se chamar Petrobras Gás (Gaspetro), sob cuja coordenação seriam desenvolvidos todos os projetos na área de gás natural.

Paralelamente aos esforços de produção, a Petrobras buscou garantir sua participação no mercado brasileiro de distribuição de gás. Diante da concorrência a partir da quebra do monopólio, iniciou uma série de aquisições no setor de distribuição do insumo. Segundo dados obtidos junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a empresa tem, por meio de sua subsidiária Gaspetro, participação societária em 21 das 26 concessionárias de gás estaduais espalhadas pelo país. As cinco empresas que estão fora do seu campo de atuação são a Cigas (AM), a CEG (RJ) e as três que operaram em São Paulo, Comgás, Gás Brasiliano e Gás Natural SPS⁶⁸.

Mais uma vez, a expansão da empresa no setor será possibilitada por uma brecha legal. Assim como ocorreu com o petróleo, a Constituição de 1988 também instituiu o monopólio do Estado na operação dos serviços de gás canalizado. De acordo com o Artigo 25, segundo parágrafo, cabia “aos estados explorar diretamente, ou mediante concessão à empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado”. O monopólio estatal foi quebrado pela emenda número 5, de 15 de agosto de 1995, enviada ao Congresso pelo ex-presidente Cardoso com as outras quatro que previam alterações

68 A expansão da Petrobras no segmento fez que fossem instaurados nove atos de concentração no Cade para analisar as aquisições da Gaspetro. Embora a maioria deles tenha sido aprovada sem restrições, um parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, órgão do Ministério da Fazenda, atenta para uma tentativa clara de exercer posição monopolista no mercado brasileiro de gás.



constitucionais. O novo texto aprovado removeu do artigo as palavras “empresa estatal”, abrindo caminho para a iniciativa privada, conforme abaixo:

Cabe aos estados explorar diretamente, ou mediante concessão, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para sua regulamentação (ALMEIDA e SILVA, op cit, 38)

Adicionalmente ao segmento de distribuição do gás canalizado, a Petrobras também buscou reforçar sua posição no segmento das termelétricas, que ganhariam importância principalmente após o racionamento de energia, em 2001. Em setembro daquele ano, é inaugurada a primeira das 27 térmicas em que a empresa detinha participação, a Fafen, na Bahia. As térmicas, em sua maioria, integravam o Programa Estratégico Emergencial instituído naquele ano pelo Ministério de Minas e Energia com o objetivo de evitar um novo racionamento. Pela previsão do ministério, as novas térmicas – eram 32 no total –, acrescentariam ao sistema energético brasileiro, já em 2005, cerca de 10 mil MW, dos quais 4.500 MW viriam do parque gerador da Petrobras⁶⁹. Até 2002, a empresa já havia investido US\$ 1,5 bilhão em projetos termelétricos, segundo seu Relatório Anual do mesmo ano⁷⁰.

4.5 Considerações finais

Pelo que foi exposto acima, podemos concluir que a autonomia relativa da Petrobras variou ao longo do tempo, em função das mudanças ocorridas no Estado brasileiro e na indústria petrolífera mundial. O mesmo processo de liberalização econômica que ruiu as bases do modelo do Estado empreendedor impôs limitações e criou oportunidades para o ator Petrobras que levaram à alteração de suas preferências, conduzindo-o à reestruturação de seu projeto estratégico para atuar em um ambiente de maior competitividade. A ruptura do

69 Disponível em
http://www2.petrobras.com.br/portal/frame_ri.asp?pagina=/ri/port/InformacoesFinanceiras/RelatorioAnual/RelatorioAnual.asp

70 Alguns projetos acabaram não saindo do papel por questões diversas que não convém serem discutidas neste trabalho. Ao final de 2005, a empresa participava, em parceria ou integralmente, em 15 projetos. Informações disponíveis em



consenso em torno do modelo de substituição de importações e a chegada de novos atores no setor petrolífero, porém, não implicou a completa perda do poder político e econômico da Petrobras, ou seja, os seus recursos de autoridade e de alocação, sem os quais a companhia não conseguiria implementar um projeto estratégico próprio.

A sobrevivência às arbitrariedades que atingiram as empresas públicas pode ser atribuída tanto à sua elasticidade – a capacidade de atuar em diferentes segmentos – como à sua identidade política, capaz de acumular e reciclar vantagens a seu favor no curso da interação com outros atores, especialmente os setores nacionalistas da sociedade. Foi assim na campanha “O Petróleo é nosso!”; foi assim no processo de abertura do setor petrolífero. Apesar de estabelecer como meta a internacionalização de suas atividades, foi ao nacionalismo que a empresa recorreu para assegurar os dispositivos legais necessários à retomada do crescimento. Uma nova lógica dual que veio se somar à bifacialidade público-privada e que, assim como esta, cria novas possibilidades de ação para o ator. É no trânsito entre o público e o privado, entre o nacional e o internacional que podemos entender o ingresso da Petrobras na Bolívia, como veremos a seguir.

Por ora, o que nos interessa ressaltar é que a mudança nas preferências da Petrobras, expressas no seu novo projeto de internacionalização e diversificação – a meta de se tornar uma corporação multinacional de energia líder na América Latina –, acabou contribuindo para que o projeto político de integração energética regional brasileiro fosse posto em prática, renovando o consenso de interesses com o Estado. Se a internacionalização da empresa trouxe lucros para ela, também propiciou a maior presença do Estado brasileiro nos países vizinhos. Igualmente, a diversificação de suas atividades, com a priorização dada ao gás natural, atenderia à demanda de assegurar a oferta energética nacional. Os dois objetivos históricos que orientaram a política externa brasileira – a busca de autonomia no sistema internacional, a ser conquistada nos anos 90 por meio da liderança regional, e a promoção do desenvolvimento econômico nacional, para o qual a disponibilidade de energia é fundamental – seriam coincidentes com o projeto estratégico da companhia.

É essa nova parceria com o Estado que vai caracterizar a relação entre ambos nos anos 90, possibilitando a integração energética com a Bolívia. Como afirmado no primeiro capítulo, porém, o consenso não é dado e sim construído, sendo necessário que nos debrucemos sobre o processo decisório do qual ele resulta. No próximo capítulo veremos como foram formadas as preferências dos principais atores envolvidos na política externa voltada para a integração com o país andino, para, em seguida, analisarmos como se deu o consenso em torno dessa decisão e em que medida as preferências da Petrobras foram incorporadas naquele processo.



ANEXO 2

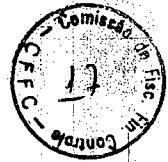
MATÉRIA DO JORNAL, O ESTADO DE SÃO PAULO, DO DIA 07/06/2005 QUE DENUNCIA A PROLIFERAÇÃO DE EMPRESA DE PAPEL SEM OFERECER NORMAS DA PETROBRAS



O ESTADO DE SÃO PAULO

07/06/2005

- A proliferação de empresas de papel e seu uso para empregar indicados políticos abriu uma crise na Gaspetro, subsidiária da Petrobrás, que culminou com a renúncia de um de seus diretores. João Eudes Touma entregou o cargo, com justificativa por escrito, ao Conselho de Administração da subsidiária em novembro do ano passado. O documento, obtido pelo Estado, revela que "a estrutura organizacional e os níveis de remuneração de funções gerenciais dessas transportadoras não obedecem às normas da Petrobras". Elas deveriam funcionar como empresas virtuais, mas ganharam estrutura operacional para acomodar apadrinhados em cargos públicos. Para a TMN, Transportadora Meio Norte foi nomeado presidente Emerson Menin. Graduado em Educação Física, ele é fundador da Fraternidade Mundo Novo, irmandade espiritual à qual pertence o secretário de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência, Luiz Gushiken, com salário em torno de R\$ 13 mil. (pág. 1 e A12)



1. Térmicas lesam os usuários em R\$ 1 bi - 09/06/2005

Setor Elétrico

Fonte : O Estado de São Paulo

Usinas de Porto Velho recebem adicional para produzir o dobro da energia necessária As usinas térmicas de Porto Velho, operadas pelas empresas privadas El Paso e CS Participações, recebem uma renda adicional de US\$ 110 milhões por ano para fornecer o dobro da energia necessária ao consumo local. Além disso, recebem óleo diesel de graça - a conta, de mais de R\$ 1 bilhão por ano, é rateada entre os consumidores de energia elétrica do País. Tudo isso está garantido em contrato assinado em 2000 entre EletroNorte, Petrobras e as duas operadoras. Para abastecer os mercados de Rondônia e do Acre, a EletroNorte se comprometeu, há 5 anos, a comprar 343 megawatts (MW) gerados pelas usinas Termonorte 1 e 2. O mercado consumidor da região não ultrapassa os 160 MW, mas as usinas recebem, também, pelo que está previsto no contrato e que não é efetivamente produzido (85% da capacidade total, fixada em 400 MW). Para piorar, a geração é feita com óleo diesel subsidiado pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), cobrada na conta de luz. O contrato tem validade de 20 anos, mas o prejuízo com o óleo diesel já não existiria se estivesse concluído o gasoduto que liga as reservas de Urucu, no Amazonas, a Porto Velho. O projeto é operado pela Petrobras e pelas mesmas El Paso e CS Participações, que compõem a Dutonorte. 'O projeto não avançou porque não há licença ambiental', diz o diretor de Gás da Petrobras, Ildo Sauer. A responsabilidade pelo contrato de venda de energia é apenas do Sistema Eletrobras. 'São problemas da gestão anterior, não temos nada com isso. Fatos semelhantes, com a Macaé Merchant e a MPX, que têm a ver com a Petrobras, estão sendo alvo de arbitragem.' O contrato entre a EletroNorte e a Termonorte está sendo renegociado, uma vez que data de uma época em que se previa uma alta do consumo maior do que efetivamente ocorreu. JUSTIFICATIVA A estatal justificou a compra de capacidade acima da demanda citando 'características próprias' do sistema elétrico local. Nota da empresa diz que a demanda cresce justamente no período seco, quando o reservatório da hidrelétrica de Samuel é reduzido, tornando necessária a maior utilização das térmicas. O caso chamou a atenção do deputado Luciano Zica (PTSP), que requereu, na Câmara, esclarecimentos da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. Ele pede cópias de documentos e o nome das pessoas que participaram da elaboração dos contratos. El Paso e CS, do empresário balanço Carlos Suarez, formam a Dutonorte, parceira da Gaspetro, subsidiária da Petrobras, na TNG, empresa transportadora criada em 2001 para administrar a obra do gasoduto Urucu-Porto Velho.



1. Térmicas lesam os usuários em R\$ 1 bi - 09/06/2005

Setor Elétrico

Fonte : O Estado de São Paulo

Usinas de Porto Velho recebem adicional para produzir o dobro da energia necessária As usinas térmicas de Porto Velho, operadas pelas empresas privadas El Paso e CS Participações, recebem receita adicional de US\$ 110 milhões por ano para fornecer o dobro da energia necessária ao consumo local. Além disso, recebem óleo diesel de graça - a conta, de mais de R\$ 1 bilhão por ano, é rateada entre os consumidores de energia elétrica do País. Tudo isso está garantido em contrato assinado em 2000 entre Eletro Norte, Petrobrás e as duas operadoras. Para abastecer os mercados de Rondônia e do Acre, a Eletro Norte se comprometeu, há 5 anos, a comprar 343 megawatts (MW) gerados pelas usinas Termonorte 1 e 2. O mercado consumidor da região não ultrapassa os 160 MW, mas as usinas recebem, também, pelo que está previsto no contrato e que não é efetivamente produzido (85% da capacidade total, fixada em 400 MW). Para piorar, a geração é feita com óleo diesel subsidiado pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), cobrada na conta de luz. O contrato tem vigência de 20 anos, mas o prejuízo com o óleo diesel já não existiria se estivesse concluído o gasoduto que liga as reservas de Urucu, no Amazonas, a Porto Velho. O projeto é operado pela Petrobrás e pelas mesmas El Paso e CS Participações, que compõem a Dutonorte. 'O projeto não avançou porque não há licença ambiental', diz o diretor de Gás da Petrobrás, Ildo Sauer. A responsabilidade pelo contrato de venda de energia é apenas do Sistema Eletrobrás. 'São problemas da gestão anterior, não temos nada com isso. Fatos semelhantes, com a Macaé Merchant e a MPX, que têm a ver com a Petrobrás, estão sendo alvo de arbitragem.' O contrato entre a Eletro Norte e a Termonorte está sendo renegociado, uma vez que data de uma época em que se previa uma alta do consumo maior do que efetivamente ocorreu. JUSTIFICATIVA A estatal justificou a compra de capacidade acima da demanda citando 'características próprias' do sistema elétrico local. Nota da empresa diz que a demanda cresce justamente no período seco, quando o reservatório da hidrelétrica de Samuel é reduzido, tornando necessária a maior utilização das térmicas. O caso chamou a atenção do deputado Luciano Zica (PTSP), que requereu, na Câmara, esclarecimentos da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. Ele pede cópias de documentos e o nome das pessoas que participaram da elaboração dos contratos. El Paso e CS, do empresário balano Carlos Suarez, formam a Dutonorte, parceira da Gaspetro, subsidiária da Petrobrás, na TNG, empresa transportadora criada em 2001 para administrar a obra do gasoduto Urucu-Porto Velho.